



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Flávia Morais

PLANO DE TRABALHO

SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATER TELEMEDICINA, TELESSAÚDE E SAÚDE DIGITAL – SUBTELE

COMISSÃO DE SAÚDE

Agosto/23

1. INTRODUÇÃO

Por força da aprovação do Requerimento nº 17, de 2023 - CSAÚDE, e em atendimento ao art. 29, incisos II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a “Subcomissão Especial para debater Telemedicina, Telessaúde e Saúde Digital” foi selecionada para ser avaliada pela Comissão de Saúde (CSAÚDE), em 2023.

Assim, foram designadas as deputadas Adriana Ventura para o exercício da presidência e a deputada Flávia Morais na condição de relatora, cabendo à mesma emitir relatório que será sujeito à deliberação do Plenário da respectiva Comissão.

2. JUSTIFICAÇÃO

A telessaúde não se trata necessariamente de assunto novo, porém que atingiu dimensões bastante ampliadas a partir da pandemia de Covid-19, em decorrência da necessidade de se limitar o contato interpessoal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Flávia Morais

Nesse contexto, foi necessário adaptar, rapidamente, todo o sistema de saúde, para comportar a expansão das modalidades de atendimento à distância. Os Conselhos Profissionais fizeram o possível para emitir normas pertinentes ao momento que se enfrentava, porém era necessário se criar um marco legal definindo as regras para utilização desse sistema.

Mais recentemente, a Lei nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022, foi aprovada, não só tratando de telemedicina, como inicialmente proposto, mas também de todas as áreas da saúde. A Lei estabeleceu os princípios da telessaúde, além dos direitos dos profissionais e dos pacientes, entre outras disposições.

A aplicação destas ferramentas pode trazer grandes benefícios no contexto de saúde pública. Segundo o próprio Ministério da Saúde, a saúde digital pode proporcionar:

- Ampliação do acesso ao transpor barreiras socioeconômicas, culturais e, sobretudo, geográficas, para que os serviços e as informações em saúde cheguem a toda população;
- Maior satisfação do usuário, maior qualidade do cuidado e menor custo para o SUS;
- Atendimento aos princípios básicos de qualidade dos cuidados de saúde: segura, oportuna, efetiva, eficiente, equitativa e centrada no paciente;
- Redução nas filas de espera;
- Redução no tempo para atendimentos ou diagnósticos especializados;
- e,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Flávia Morais

- Redução nos deslocamentos desnecessários de pacientes e profissionais de saúde.

Além disso, é possível prever aplicações em outras áreas, como vigilância epidemiológica, gestão digital, educação e capacitação de profissionais.

Como toda mudança de paradigma, é importante debater os potenciais e desafios relacionados a essa área, o que nos motivou a instituir a Subcomissão para debater Telemedicina, Telessaúde e Saúde Digital. Entendemos que essa iniciativa pode auxiliar a fazer um diagnóstico da situação atual da telessaúde, as oportunidades, desafios e potencialidades, assim como ressaltar como ela pode contribuir para a melhoria para a saúde da nossa população.

3. OBJETIVO E ESCOPO

O objetivo dos trabalhos é propiciar a oportunidade da Subcomissão de Saúde Especial para debater Telemedicina, Telessaúde e Saúde Digital de discutir as ações conduzidas pelo Sistema Único de Saúde (seja no âmbito da saúde pública ou suplementar) para viabilizar o acesso racional e tempestivo de seus usuários.

Para isso, como escopo, considerou-se importante abordar e propor: (i) discussões estruturantes sobre o atual cenário de infraestrutura que viabiliza o uso das ferramentas digitais em saúde; e (ii) a deliberação e exposição sobre como tecnologias e ferramentas no ecossistema de saúde digital estão sendo utilizadas ao longo da jornada do paciente no contexto brasileiro.

Com o intuito de organizar grande amplitude de temas, são propostos aqui quatro eixos com perguntas norteadoras (não exaustivas e que podem ser complementadas posteriormente), a saber:



3.1 Infraestrutura do sistema de saúde para saúde digital – o cenário de interoperabilidade, conectividade e segurança:

- Como está o status da discussão sobre a integração de informações e dados de saúde de diversos atores públicos, privados e terceiro setor - nas esferas municipal, estadual e federal?
- Qual o cenário atual e possíveis melhorias relacionada a governança na estruturação da Rede Nacional de Dados em Saúde que garanta que os padrões e modelos de troca de informação estejam alinhados às necessidades de todos os setores do sistema de saúde?
- Como endereçar desigualdades relacionadas a conectividade de estabelecimentos de saúde no sistema público e privado?
 - Como estimular o crescimento de cultura de proteção de dados e estrutura para segurança da informação no âmbito da saúde no sistema de saúde (público e privado)?

3.2 Ferramentas digitais de diagnóstico: como tem sido o cenário atual de expansão do acesso a testes diagnósticos com ferramentas digitais:

- Como novas tecnologias podem democratizar o acesso a diagnósticos e quais experiências exitosas no uso dessas ferramentas digitais no sistema de saúde?
- Quais têm sido os desafios ou impeditivos de tecnologias Point of Care e como saná-los para viabilizar modelos de atendimento remoto? Há barreiras para expansão de mais pontos de coleta, mais agilidade no resultado?



3.3 Ferramentas digitais de tratamento e acompanhamento: como que o paciente tem usado as ferramentas para melhorar sua adesão e comodidade no tratamento;

- Como que as ferramentas estão auxiliando a adesão do tratamento do paciente e viabilizando o acompanhamento remoto da sua evolução clínica?
- Como ferramentas tem trazido comodidade e acesso a tratamentos de forma remota (ex. aplicativos de monitoramento de sintomas, prescrições eletrônicas, solicitação digital de entrega domiciliar de medicamentos)?
- Como a utilização dessas ferramentas tem se refletido no dia a dia do paciente (consumidor final) e não apenas do profissional ou das instituições?
- Como atualizar a regulamentação a mercados diante da mudança de comportamento dos pacientes no uso de novas tecnologias?

3.4 Inteligência artificial, big data e novas tecnologias emergentes em saúde

- Quais têm sido as discussões sobre o impacto setorial na saúde da regulamentação proposta pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar elaboração de substitutivo sobre inteligência artificial no Brasil?
- Quais são os impactos de uma regulação setorial? Seus riscos e benefícios e a necessidade das estruturas de governança apropriadas para potencializar o uso da inteligência artificial e de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Flávia Morais

novas tecnologias em saúde, de maneira segura e eticamente responsável.

- Como e quais os instrumentos que a comunidade internacional tem utilizado para regular o uso da inteligência artificial no setor saúde?

4. METODOLOGIA

Os trabalhos serão iniciados a partir de uma reunião com membros da Subcomissão, onde serão avaliadas as perguntas norteadoras de investigação propostas na Seção 3. Nesta ocasião, mais temas poderão ser acrescentados a luz dos eixos propostos. Espera-se que essas questões sejam respondidas ao longo dos trabalhos desta Subcomissão e em seu relatório final.

A partir dos eixos temáticos e perguntas definidas, diante da complexidade e extensão dos tópicos, serão principalmente utilizados de três principais fontes de informação:

4.1 Audiências Públicas

Sem prejuízo da realização de outros eventos cuja aprovação venha a ser oportunamente aprovada pelos membros desta Subcomissão, sugerimos a realização de Audiências Públicas para receber as contribuições dos atores interessados a fim de acumular insumos para instruir a análise do objeto deste colegiado.

4.2 Estudos e fontes documentais

Muitos estudos têm sido produzidos no âmbito da saúde digital por entidades de pesquisa e do setor que podem auxiliar o entendimento desta Subcomissão sobre os temas elencados como prioritários. Consideramos que esta



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Flávia Morais

Subcomissão está apta a receber estudos e pareceres técnicos, sejam produzidos por esta Casa Legislativa ou por setores externos, a fim de acumular o máximo de dados e informações para instruir a análise do objeto deste colegiado.

4.3 Requerimentos de informação

Também consideramos que os Requerimentos de Informação dirigidos ao Poder Executivo são de suma importância para integrar o quadro de entendimento da visão do Governo Federal sobre os temas constantes no escopo desta Subcomissão. Nesse sentido, espera-se que estes devem ser dirigidos aos Ministérios da Saúde, Ciência e Tecnologia, Comunicações, Trabalho, Indústria e Comércio e não menos importante, Cidades.

Por fim, ao final dos trabalhos investigativos, se consolidará uma versão preliminar do relatório. Esta versão preliminar será apresentada em última reunião propositiva, com o objetivo de colher propostas para a elaboração da versão final.

5. CRONOGRAMA

5.1 Visão Geral

Atividades	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Plano de Trabalho					
Pesquisa					
Requerimentos					
Audiências					
Análise					
Sistematização					



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Flávia Morais

5.2 Agendas temáticas

MÊS	TEMA DA REUNIÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS	SUGESTÃO DE CONVIDADOS
Agosto	Reunião interna de trabalho	<ul style="list-style-type: none">▪ Apresentação do Plano de Trabalho para solicitar contribuições de todos os membros.▪ Apresentação de requerimentos de audiência pública.▪ Levantamento de informações que precisarão ser solicitadas	Deputados e deputadas membros da Subcomissão.
Sessões temáticas			
Agosto	Interoperabilidade	<ul style="list-style-type: none">▪ Como que está o status da discussão sobre a integração de informações e dados de saúde de diversos atores públicos, privados e terceiro setor - nas esferas municipal, estadual e federal, no cuidado ao paciente através da saúde digital;▪ Como tem sido a governança que garanta que os padrões de troca de informação estejam alinhados às necessidades de todos os setores?▪ Quais são os	SEIDIGI - Ministério da Saúde CONASS Conasems Saúde Digital Brasil Movimento Inovação Digital Soc. Brasileira de Informática em Saúde



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Flávia Morais

		pontos que precisam ser endereçados para que possamos avançar na agenda de interoperabilidade?	
Setembro	Conectividade	<ul style="list-style-type: none">▪ Qual tem sido a realidade da conectividade das unidades de saúde do sistema público e privado?▪ Como desigualdade do acesso a tecnologias pode ser sanada?▪ Quais incentivos e políticas públicas deveram promover para endereçar esse cenário?	CETIC.Br Saúde Digital Brasil Ministério da Saúde Conasems IEPS
	Ferramentas digitais de diagnóstico	<ul style="list-style-type: none">▪ Como novas tecnologias podem democratizar o acesso a diagnósticos e quais experiências exitosas no uso dessas ferramentas digitais?▪ Quais têm sido os desafios ou impeditivos de tecnologias Point of Care podem viabilizar modelos de atendimento remoto?▪ Há barreiras para expansão de mais pontos de coleta que poderiam contribuir	SESAI ou SVS - Ministério da Saúde Anvisa Movimento Inovação Digital



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Flávia Morais

		mais agilidade no resultado?	
Outubro	Experiências exitosas na atenção do paciente	<ul style="list-style-type: none">▪ Experiências da saúde digital do ponto de vista do paciente: Quais têm sido experiências exitosas de no âmbito do setor público e/ou privado▪ Como atualizar regulamentação a mercados diante da mudança de comportamento na adoção de tecnologia pelos consumidores?	Experiência de Pouso Alegre Experiência do Município de São Caetano do Sul (Tyto Care) Experiência de entrega de medicamentos de alto custo no Distrito Federal Anvisa Movimento Inovação Digital
	Tecnologias em uso em saúde: inteligência artificial, big data	<ul style="list-style-type: none">▪ Qual impacto setorial da regulamentação proposta pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar elaboração de substitutivo sobre inteligência artificial no Brasil?▪ Qual o impacto da regulação setorial? Seus riscos e benefícios e a necessidade das estruturas de governança apropriadas para potencializar o uso da inteligência artificial e de novas tecnologias em saúde, de maneira segura e	Autoridade Nacional de Proteção de Dados Ministério da Saúde Fiocruz Anahp Membro da Comissão de Juristas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Flávia Morais

		<p>eticamente responsável.</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Como e quais os instrumentos que a comunidade internacional tem utilizado para regular o uso da inteligência artificial no setor saúde;	
Relatório final			
Novembro	Reunião interna de trabalho	<ul style="list-style-type: none">▪ Apresentação de relatório preliminar e discussão de inclusões e ajustes▪ Identificação de encaminhamento para cada uma das sessões do relatório	Deputados e deputadas membros da Subcomissão.